

REGIÃO NORDESTE: REFLEXÕES SOBRE OS DESAFIOS PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Data de aceite: 01/03/2024

Tagore Villarim de Siqueira

Economista da Gerência Norte e Nordeste do Departamento de Estratégia Social e Territorial do BNDES – GENOR/DEST

RESUMO: A performance de vários municípios da região Nordeste no índice de vulnerabilidade social – IVS, entre 2000 e 2010, alcançou uma melhoria substancial. Um resultado, certamente, decorrente da combinação de uma conjuntura favorável, marcada pelo crescimento econômico e políticas públicas bem-sucedidas. Com destaque especial para o grupo de 31 municípios (1,75% dos municípios da região) que alcançou baixa vulnerabilidade social. No entanto, os desafios ainda são imensos para melhorar a performance dos demais municípios da região, sendo preciso apoiar iniciativas alinhadas com o desenvolvimento sustentável e focadas em investimentos nas áreas nas quais a região possui oportunidades reveladas, como energias renováveis e respectivas cadeias produtivas de peças, componentes e bens finais. Nesse sentido, este artigo faz uma reflexão sobre essas questões, destacando a importância de apoiar iniciativas para

promover o desenvolvimento sustentável, reduzir a taxa de desemprego e melhorar os indicadores socioeconômicos da região.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Regional; Desigualdade Socioeconômica, Desemprego, Desenvolvimento Sustentável.

INTRODUÇÃO

De acordo com o índice de vulnerabilidade social – IVS, calculado pelo IPEA a partir de dados dos Censos do IBGE de 2000 e 2010, foi observada uma melhora expressiva no desempenho de vários municípios da região Nordeste, com destaque para um pequeno grupo de 31 municípios (1,75% dos municípios da região) que alcançou a classificação de baixa vulnerabilidade social.

A conjuntura econômica favorável ao desenvolvimento regional na primeira década deste século, especialmente na segunda metade da década, quando a taxa de crescimento médio do PIB nacional alcançou 4,5% ao ano (IBGE), explica em grande parte o resultado geral alcançado pelos municípios da região no IVS 2010.

No entanto, a performance diferenciada do grupo de 31 municípios pode também ser associadas a políticas públicas bem-sucedidas, em áreas como infraestrutura, educação e saúde e emprego e renda, com tais experiências servindo de referência para os demais municípios da região.

Nesse período, o IDH e o Índice de Gini municipal também apresentaram melhora generalizada no país, apesar de se manterem as disparidades regionais e o convívio com elevadas taxas de desemprego, especialmente quando se compara as performances observadas nas regiões Sul e Sudeste.

A melhor compreensão dessas experiências pode ajudar os demais municípios da região na elaboração de políticas públicas para promoção do desenvolvimento sustentável, alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento 2030 (ODSs) da ONU, e, assim, alcançar a baixa vulnerabilidade social.

Em 2020, conforme dados do IBGE, esse grupo de 31 municípios com baixo IVS apresentou uma população de 4.959.471 habitantes, um PIB de R\$ 72,105 bilhões, um PIB per capita médio de R\$ 11.560,22 e uma geração de impostos, líquidos de subsídios a produtos, de R\$ 9,489 bilhões. Em termos relativos, estes valores representaram, respectivamente, 9,36% da população da região Nordeste, 13,79% do PIB regional, 58,56% do PIB per capita médio regional e 14,73% dos impostos gerados na região.

Assim, este artigo tem por objetivo contribuir para a reflexão sobre os desafios da região Nordeste para melhorar o desempenho no Índice de Vulnerabilidade Social – IVS, bem como promover o desenvolvimento sustentável.

A REGIÃO NORDESTE: DESIGUALDADES, DESAFIOS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A região Nordeste ocupa uma posição de destaque na formação econômica do Brasil desde o período colonial até os dias atuais. No período colonial, a experiência bem-sucedida no cultivo da cana-de-açúcar na zona da mata pernambucana deu início ao primeiro grande ciclo econômico da formação econômica do país, entre os séculos XVI e XVIII, baseado na produção de açúcar para abastecer os mercados europeus com alta demanda pelo produto.

Atualmente, a economia nordestina caracteriza-se pela diversificação econômica, tamanho do mercado consumidor e setores com grande potencial para contribuir para o desenvolvimento sustentável, tais como as energias renováveis: biocombustíveis, eólica, solar, hidráulica, das marés e hidrogênio verde. Em grandes números, a região Nordeste contava em 2022 com uma população de 55,7 milhões de habitantes (estimativa do Censo do IBGE), um PIB estimado em R\$ 1,3 Trilhão e um território de 1,6 milhão de km², respectivamente, 26,8% da população, 13,6% do PIB brasileiro (média de 2002 a 2020) e 18,8% do território nacional.

No que se relaciona a divisão administrativa, a região Nordeste é formada por nove estados (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe) e 1.768 municípios.

Em termos de PIB per capita, contudo, os estados da região Nordeste situam-se nas posições mais baixas do *ranking* nacional, com a média regional de R\$ 24.308 em 2022, sendo apenas 52,67% do PIB per capita do país. Com tais números refletindo características da economia regional, tais como: o contraste entre os setores de atividade em relação a promoção da modernização, ganhos de competitividade, inovação e aumento do conteúdo tecnológico; os índices elevados de desigualdades de renda e pobreza; e, as elevadas taxas de desemprego. Apesar das grandes oportunidades de investimentos nos vários setores de atividade, paradoxalmente a região ainda convive com altas taxas de desemprego e graves problemas sociais.

Em termos ambientais, o território regional apresenta quatro biomas: Mata Atlântica, Caatinga, Cerrados e Floresta Amazônica. A área de Mata Atlântica localiza-se na faixa de terra entre a costa leste banhada pelo Oceano Atlântico e o interior da região, indo do Rio Grande do Norte até o Sul da Bahia. A Caatinga e os Cerrados ocupam a maior parte do território regional, o semiárido. A área com Floresta Amazônica é observada no noroeste do Estado do Maranhão.

A região Nordeste possui um longo litoral, com 3.338 km de extensão do Maranhão a Bahia. Considerando o território das 200 milhas marítimas, a região conta com uma área marítima de 1 milhão de km² (equivalente a 67% do território regional) com grande potencial para estruturação de atividades relacionadas a economia dos oceanos e a preservação ambiental da vida marinha, como: turismo, prática de esportes náuticos, aquicultura (peixes, crustáceos e algas) e geração de energia eólica offshore e das marés, entre outras atividades.

No território continental, o Nordeste brasileiro apresenta também grandes oportunidades para promoção do desenvolvimento sustentável, com destaque para os setores de energias renováveis - biocombustíveis, biogás, H2V (Hidrogênio Verde) e energias eólica e solar. Na atividade agropecuária, base do desenvolvimento regional desde o período colonial, destacam-se as áreas com fruticultura irrigada, no Vale do rio São Francisco, e áreas produtoras de grãos, nos Cerrados da Bahia, Maranhão e Piauí.

Na lista de setores importantes para o desenvolvimento regional sobressaem ainda o turismo, a cultura, a indústria, a produção de minerais metálicos e não metálicos, a silvicultura e a produção de papel e celulose e o setor de serviços. O desenvolvimento dos polos econômicos relacionados a tais ramos de atividade desempenha um papel estratégico para a geração de emprego e renda na região e, conseqüentemente, redução da vulnerabilidade social da população.

Nesse sentido, vale lembrar que o Nordeste brasileiro se caracteriza também pelos grandes contrastes de realidades econômica e social muito distintas em seu território. Uma

realidade regional que por sua vez provoca um elevado risco social para parcela relevante da população. Por exemplo, a situação de pobreza observada na periferia das grandes cidades convive lado a lado com vários polos econômicos promissores que respondem por grande parte da geração de riqueza na região. O vasto território do polígono das secas no semiárido contrasta com as áreas verdes irrigadas com fruticultura, soja e café nos perímetros de irrigação do Vale do Rio São Francisco.

A riqueza gerada ao longo do litoral na costa regional contrasta com a vulnerabilidade social das populações nas periferias das regiões metropolitanas e áreas do Sertão. As cidades do litoral concentram a maior parte da população e do PIB regional, onde se localizam oito das nove capitais de Estado, os principais centros comerciais, os principais polos industriais, os principais destinos turísticos e os grandes aeroportos e complexos portuários.

Desse modo, o contraste entre as grandes oportunidades para geração de riqueza e os grandes problemas sociais existentes na região, como a alta desigualdade de renda e os elevados índices de pobreza, constituem-se em uma das principais características do desenvolvimento regional. Com essa realidade revelando os riscos sociais presentes nas áreas urbanas e rurais da região.

Apesar do grande potencial de desenvolvimento, a região Nordeste apresenta os índices nacionais mais altos de pobreza e de concentração de renda do país, observando-se contingentes populacionais elevados em condições de alto risco social nas periferias das grandes cidades e na área rural, com parcela da população vivendo em habitações subnormais de alto risco, em encostas de morros e nas margens de rios, canais e córregos, sem acesso a serviços públicos básicos, como saneamento, saúde, educação e transporte público.

No semiárido nordestino, biomas da Caatinga e do Cerrado, onde vivem 25,8 milhões de habitantes (Censo do IBGE de 2022) (47% da população regional) em 1.171 municípios (66% dos municípios da região), a situação se torna ainda mais crítica. Além disso, a esse grupo de municípios se juntam 91 municípios do Norte de Minas Gerais, com 1,353 milhão de habitantes em 2022 e perfil socioeconômico semelhante aos municípios do semiárido nordestino¹. Durante os períodos de longa estiagem, parcela dessa população migra para outras partes do país em função da limitação das políticas públicas para mitigar os efeitos da redução na disponibilidade de água para beber, higiene pessoal, limpeza e produção econômica. Uma situação cíclica que impacta diretamente as condições sociais dos habitantes do Sertão, deprime a atividade econômica e contribui para o aumento do risco social no território regional.

¹ Sudene. **Resolução Nº 115, de 23 de novembro de 2017**, que ratifica a decisão do Conselho Deliberativo da Sudene em incluir oficializando a nova delimitação do semiárido. <http://antigo.sudene.gov.br/delimitacao-do-semiarido>.

O ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL – IVS

O Índice de Vulnerabilidade Social - IVS foi estruturado a partir de dezesseis indicadores organizados em três dimensões: i) infraestrutura urbana; ii) capital humano; e iii) renda e trabalho.

A Dimensão infraestrutura urbana foi formada por três indicadores: coleta de lixo; água e esgoto inadequados; e, tempo de deslocamento casa-trabalho. Esses indicadores capturaram a vulnerabilidade social relacionada infraestrutura de saneamento, saúde pública e mobilidade urbana, pavimentação de ruas e avenidas e transportes.

A Dimensão capital humano foi formada por oito variáveis: mortalidade infantil; crianças de 0 a 5 anos fora da escola; não estudam, não trabalham e baixa renda, Crianças de 6 a 14 anos fora da escola; Mães jovens (10 a 17); Mães sem ensino fundamental + filhos até 15; Analfabetismo; e, Crianças em domicílio em que ninguém tem ensino fundamental completo. Esses indicadores capturaram a vulnerabilidade social relacionada a formação escolar da população, com foco no ensino fundamental e nas crianças, adolescentes e mulheres (mães).

A Dimensão renda e trabalho foi formada por cinco variáveis: renda menor ou igual a R\$ 255; Baixa renda e dependente de idosos; Desocupação; Trabalho infantil; e, Ocupação informal sem ensino fundamental. Esses indicadores refletem a vulnerabilidade social relacionada ao mercado de trabalho local, com foco no nível de rendimentos pessoais, grau de informalidade, nível de instrução, desemprego, e situação das crianças que trabalham em vez de irem para escola.

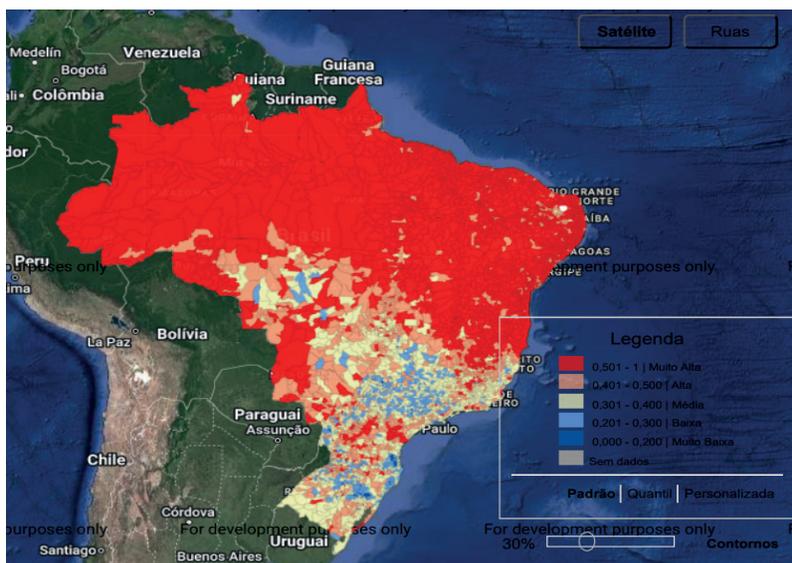
O IVS varia de 0 a 1, de muito baixa a muito alta vulnerabilidade, com os municípios sendo classificados em cinco faixas de vulnerabilidade social, a saber: Muito Baixa, entre 0 e 0,200; Baixa, entre 0,201 e 0,300; Média, entre 0,301 e 0,400; Alta, entre 0,401 e 0,500; e, Muito Alta, entre 0,501 e 1.

O IVS foi calculado para os anos de 2000 e 2010, tendo como referência os dados do Censo realizado pelo IBGE. Junto com outros indicadores socioeconômicos calculados pelo IBGE, o IVS contribui para uma melhor percepção da evolução da situação social dos municípios brasileiros, contribuindo, assim, para avaliação do desenvolvimento local e regional no país.

A observação da performance dos municípios do país no IVS de 2000 e em 2010 revela as grandes disparidades existentes entre as grandes regiões, com as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste apresentando baixa vulnerabilidade social, enquanto as regiões Norte e Nordeste concentraram os maiores índices de riscos sociais (Ver Mapas 1 e 2 e Tabelas 1 e 2).

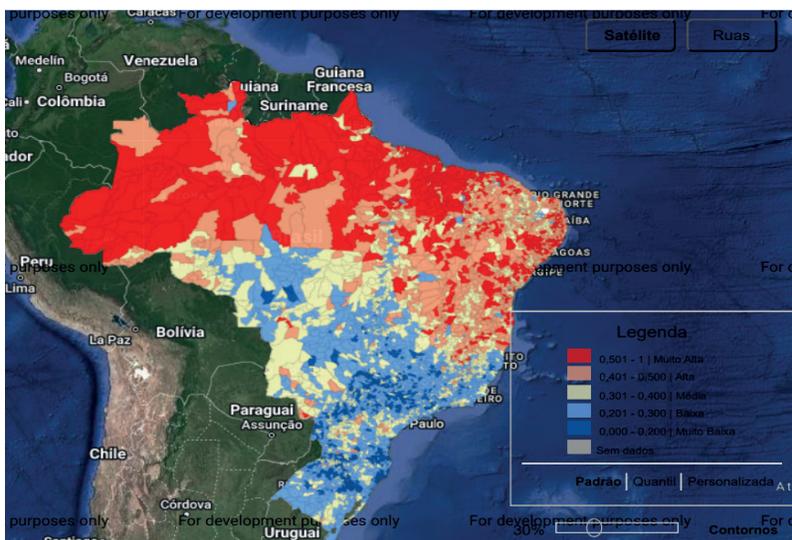
Todavia, o IVS de 2010 mostrou uma melhora na redução da vulnerabilidade social em um número expressivo de municípios da região Nordeste. Em 2010, muitos municípios nordestinos alcançaram a faixa de média vulnerabilidade e um pequeno grupo de 31 municípios (1,75% dos municípios da região) alcançou baixo IVS. Dentre as três dimensões do IVS (Infraestrutura Urbana, Capital Humano e Renda e Trabalho) as maiores quedas

nas taxas de crescimento no IVS foram observadas na dimensão Infraestrutura Urbana, apesar das demais dimensões apresentarem declínio em todos os municípios. Com este desempenho mostrando a importância da infraestrutura para redução do risco social nos municípios do Nordeste (Ver Mapas 1 e 2 e Tabelas 1 e 2).



Mapa 1. Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) – 2000

Fonte: IPEA. <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>



Mapa 2. Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) - 2010

Fonte: IPEA. <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>

UF	Município	IVS	IVS Infraestrutura Urbana	IVS Capital Humano	IVS Renda e Trabalho
BA	Barreiras	0,273	0,123	0,380	0,317
BA	Itapetinga	0,283	0,065	0,421	0,364
BA	Luís Eduardo Magalhães	0,267	0,114	0,429	0,259
BA	Madre de Deus	0,295	0,140	0,335	0,409
BA	Santo Antônio de Jesus	0,294	0,135	0,356	0,391
CE	São João do Jaguaribe	0,273	0,104	0,363	0,352
CE	Sobral	0,286	0,098	0,381	0,379
MA	Imperatriz	0,252	0,118	0,324	0,315
PB	Cajazeiras	0,296	0,118	0,378	0,392
PB	Campina Grande	0,280	0,123	0,352	0,365
PB	João Pessoa	0,286	0,238	0,329	0,292
PB	Patos	0,291	0,068	0,393	0,411
PB	São José do Sabugi	0,280	0,087	0,365	0,388
PB	Várzea	0,252	0,114	0,255	0,386
PI	Florianópolis	0,284	0,147	0,360	0,344
PI	Picos	0,286	0,120	0,364	0,373
PI	Teresina	0,288	0,227	0,311	0,325
RN	Acari	0,258	0,015	0,347	0,411
RN	Caicó	0,248	0,090	0,309	0,345
RN	Carnaúba dos Dantas	0,256	0,109	0,348	0,310
RN	Currais Novos	0,294	0,084	0,403	0,396
RN	Ipueira	0,244	0,063	0,331	0,337
RN	Jardim do Seridó	0,255	0,093	0,283	0,390
RN	Mossoró	0,254	0,105	0,329	0,328
RN	Natal	0,292	0,287	0,306	0,284
RN	Parnamirim	0,247	0,173	0,300	0,269
RN	Pau dos Ferros	0,291	0,108	0,393	0,371
RN	Santana do Seridó	0,296	0,039	0,470	0,380
RN	São José do Seridó	0,254	0,057	0,424	0,282
RN	Timbaúba dos Batistas	0,223	0,004	0,349	0,317
SE	Aracaju	0,287	0,260	0,311	0,289

Tabela 1. Região Nordeste. Municípios com Baixo Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) - 2010

Fonte: IPEA. <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>

Em relação a população, esse grupo de 31 municípios possuía a seguinte distribuição: quatro capitais de Estado (12,9%), com população acima de 500 mil habitantes; um município com 384 mil habitantes (Campina Grande) (3,2%); três municípios (9,7%) na faixa entre 202 mil e 259 mil habitantes (Parnamirim, Imperatriz e Mossoró); dois municípios (6,4%) na faixa entre 137 mil e 188 mil habitantes (Barreiras e Sobral); sete municípios (22,6%) na faixa entre 50 mil e 100 mil hab; e, 14 municípios (45,2%) com menos de 50 mil hab (TABELA 2).

No grupo de municípios localizados no semiárido, no polígono das secas definido pela Sudene, destacaram-se os municípios com microclima diferenciado e localizados na área de influência de grandes rios, como os rios São Francisco (Barreiras/BA e Luís Eduardo Magalhães/BA), Parnaíba (Teresina/PI e Floriano/PI), Jaguaribe (São João do Jaguaribe/CE), Tocantins (Imperatriz/MA), Acaraú (Sobral), Mossoró (Mossoró/RN) e Seridó afluente da Bacia Hidrográfica Piranhas-Açu no Rio Grande do Norte e Paraíba, onde localizam-se 11 municípios com baixo IVS, como: Caicó, Acari e Timbaúba dos Batistas no Seridó Potiguar, mais seis municípios apresentados mais adiante no Estudo de Caso desta Nota Técnica, e São José do Sabugi e Várzea no Seridó Paraibano.

O microclima observado em vários desses municípios constitui-se em fator favorável ao desenvolvimento sustentável local. Fatores como altitude, disponibilidade de água e precipitação pluviométrica constituem características comuns a vários municípios da região que alcançaram baixo IVS.

UF	Município	População 2010 (Habitantes)	IDHM 2010	IDHM Longevidade	IDHM Educação	IDHM Renda	Índice de Gini	
							2000	2010
BA	Barreiras	137.427	0,721	0,807	0,668	0,695	0,6357	0,5704
BA	Itapetinga	68.273	0,667	0,790	0,562	0,667	0,5857	0,4962
BA	Luís Eduardo Magalhães	60.105	0,716	0,826	0,590	0,754	...	0,6337
BA	Madre de Deus	17.376	0,708	0,794	0,667	0,670	0,5605	0,5631
BA	Santo Antônio de Jesus	90.985	0,700	0,815	0,622	0,677	0,5702	0,5498
CE	São João do Jaguaribe	7.900	0,654	0,784	0,576	0,620	0,5640	0,5110
CE	Sobral	188.233	0,714	0,832	0,675	0,647	0,6273	0,5702
MA	Imperatriz	247.505	0,731	0,803	0,698	0,697	0,6087	0,5612
PB	Cajazeiras	58.446	0,679	0,815	0,574	0,668	0,6156	0,5637
PB	Campina Grande	385.213	0,720	0,812	0,654	0,702	0,6346	0,5859
PB	João Pessoa	723.515	0,763	0,832	0,693	0,770	0,6245	0,6287
PB	Patos	10.674	0,701	0,821	0,628	0,667	0,5866	0,5630
PB	São José do Sabugi	4.010	0,617	0,781	0,514	0,584	0,4531	0,4348
PB	Várzea	2.504	0,707	0,800	0,714	0,619	0,4279	0,4078
PI	Floriano	57.690	0,700	0,802	0,633	0,676	0,6040	0,5579
PI	Picos	73.414	0,698	0,800	0,621	0,684	0,6163	0,5630
PI	Teresina	814.230	0,751	0,820	0,707	0,731	0,6514	0,6171
RN	Acari	11.035	0,679	0,779	0,634	0,633	0,4730	0,4915
RN	Caicó	62.709	0,710	0,824	0,619	0,703	0,5752	0,5620
RN	Carnaúba dos Dantas	7.429	0,659	0,796	0,577	0,624	0,5122	0,4078
RN	Currais Novos	42.652	0,691	0,794	0,617	0,673	0,5996	0,5912
RN	Ipueira	2.077	0,679	0,788	0,633	0,627	0,4987	0,3995
RN	Jardim do Seridó	12.113	0,663	0,772	0,584	0,647	0,5506	0,5025
RN	Mossoró	259.815	0,720	0,811	0,663	0,694	0,5828	0,5340
RN	Natal	803.739	0,763	0,835	0,694	0,768	0,6428	0,6217
RN	Parnamirim	202.456	0,766	0,825	0,726	0,750	0,5939	0,5604
RN	Pau dos Ferros	27.745	0,678	0,803	0,584	0,666	0,5776	0,5547
RN	Santana do Seridó	2.526	0,642	0,767	0,580	0,595	0,4213	0,4068
RN	São José do Seridó	4.231	0,694	0,815	0,647	0,634	0,5656	0,4476
RN	Timbaúba dos Batistas	2.295	0,640	0,723	0,591	0,614	0,6152	0,3684
SE	Aracaju	571.149	0,770	0,823	0,708	0,784	0,6409	0,6341

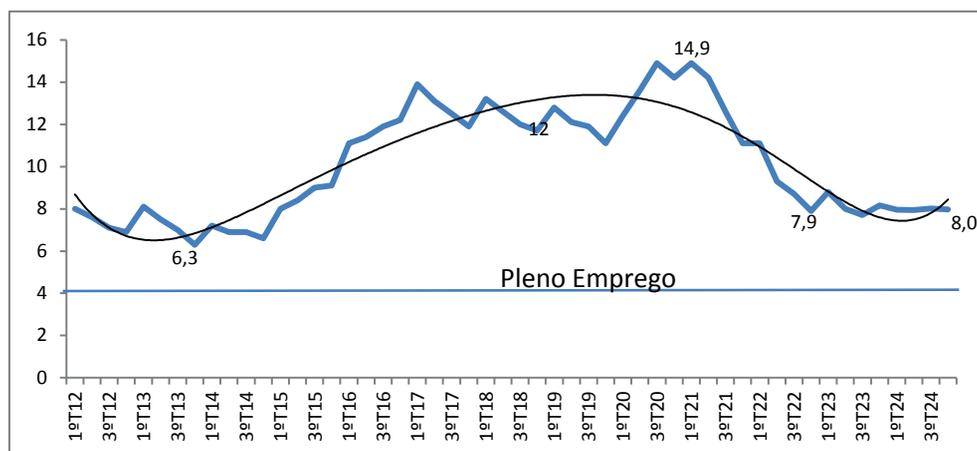
Tabela 2. Região Nordeste. Municípios com Baixo IVS. População, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Índice de Gini – 2000/2010.

Fonte: PNUD, IPEA. IBGE. DATASUS.

TAXA DE DESEMPREGO: PERFORMANCE REGIONAL 2012-2024

O mercado de trabalho brasileiro apresenta duas características marcantes: taxas de desempregos elevadas por longos períodos, bem acima da taxa considerada de pleno emprego de 4%, e performance bastante desigual entre as Grandes Regiões. Com exceção da região Sul, as demais regiões apresentaram mais resiliência para reduzir a taxa de desocupação para níveis próximos ao pleno emprego, de 4%. Ao longo do período observado, a região Centro-Oeste foi a que mais se aproximou da performance alcançada pela região Sul, com taxas de desocupação mínimas situando-se entre 5% a 6% em alguns períodos. As regiões Sudeste e Norte, ficaram nas posições seguintes com taxas entre 6% e 8% nos melhores momentos. Por fim, a região Nordeste apresentou as taxas de desemprego mais elevadas ao longo do período observado, com mínima de 8% e máxima de 18,9% (GRÁFICOS 1 a 7).

Em termos estaduais, observou-se que alguns estados em cada Grande Região do país apresentaram situações mais críticas em termos de taxa de desemprego, com taxas mais elevadas durante o período analisado, a saber: Norte, Amapá, Amazonas e Pará; Nordeste, Pernambuco e Bahia; Sudeste, Rio de Janeiro; Sul, Rio Grande do Sul e Paraná; e, Centro-Oeste, Distrito Federal e Goiás (GRÁFICOS 3 a 7).



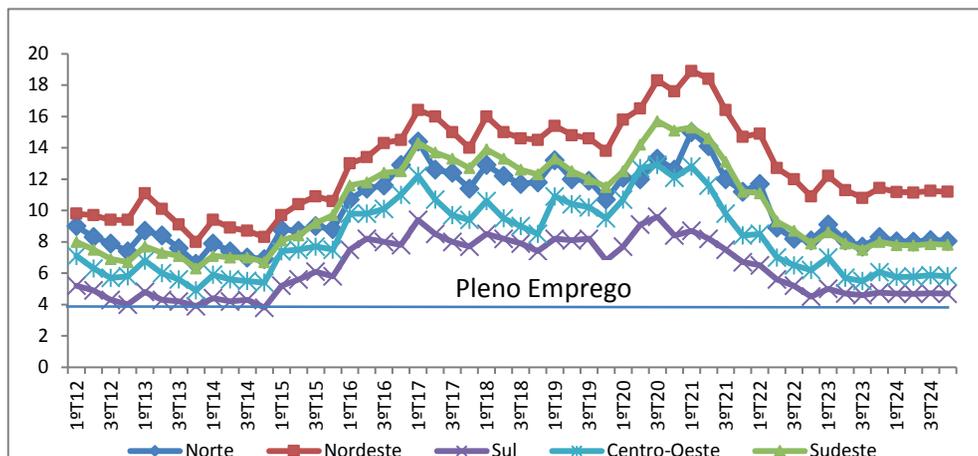
Nota: Estimativa para 2024: média móvel de três trimestres.

Gráfico 1. Brasil. Taxa de desocupação trimestral, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade - 2012-2024 (%)

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral - PNADT, 2023.

A análise da taxa de desemprego em termos espaciais ajuda a identificar os territórios onde a atividade econômica não está gerando empregos suficientes para atender a oferta de trabalho disponível, mostrando, assim, a existência de possíveis falhas de mercado que deveriam ser corrigidas por meio de políticas públicas focadas no estímulo

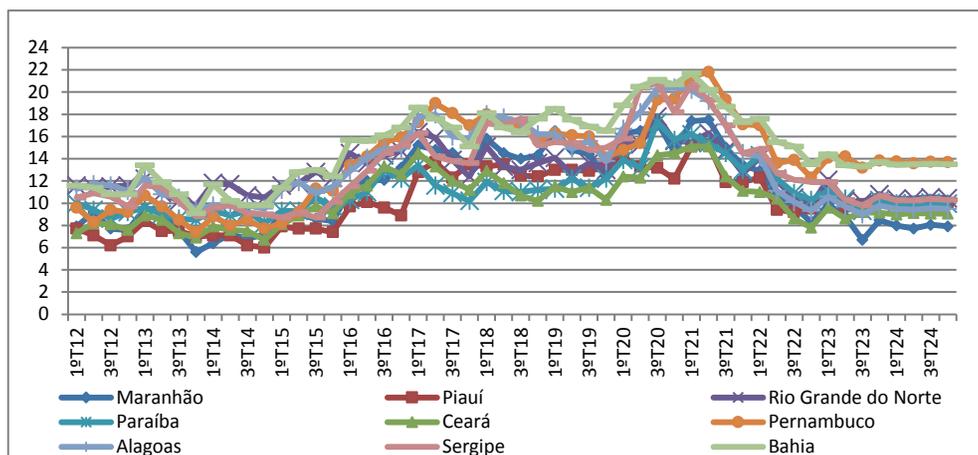
aos investimentos, fortalecimento do capital humano e na geração de novos postos de trabalho, focando, assim, nas causas e menos em programas emergenciais para mitigação de problemas sociais.



Nota: Estimativa para 2024: média móvel de três trimestres.

Gráfico 2. Brasil. Taxa de desocupação trimestral por Grandes Regiões, das pessoas de 14 anos ou mais de idade - 2012-2024 (%)

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral - PNADT, 2023.

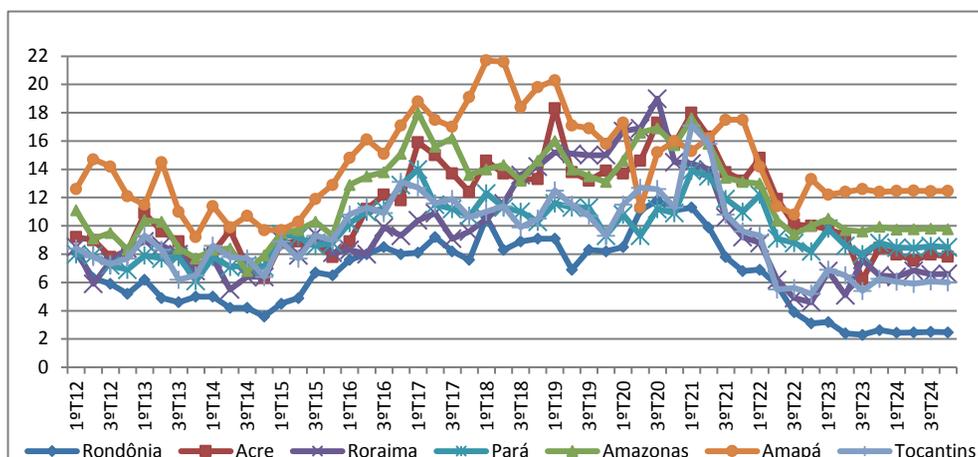


Nota: Estimativa para 2024: média móvel de três trimestres.

Gráfico 3. Região Nordeste. Taxa de desocupação trimestral por Estado, das pessoas de 14 anos ou mais de idade - 2012-2024 (%)

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral - PNADT, 2023

Compreender a situação do desemprego na região Nordeste e os respectivos impactos nas demais regiões do país é fundamental para construir uma solução sustentável para os problemas sociais do país. Um caso a ser estudado, de como uma região com grandes oportunidades de investimentos convive a décadas com altíssimas taxas de desemprego, forçando parcela da população a migrar para outras regiões do país em busca de emprego. Observando-se que, muitas vezes, parcela desses migrantes não conseguem colocação rápida no mercado de trabalho, só aumentando as taxas de desemprego nessas regiões, bem como pressionam a demanda por infraestrutura social, como habitação, educação e saúde. A falta de prioridade na definição de políticas públicas focadas na redução do desemprego impacta as condições sociais na própria região bem como afeta as demais regiões do país, à medida que parcela dessa população migra para as demais regiões do país em busca de emprego.

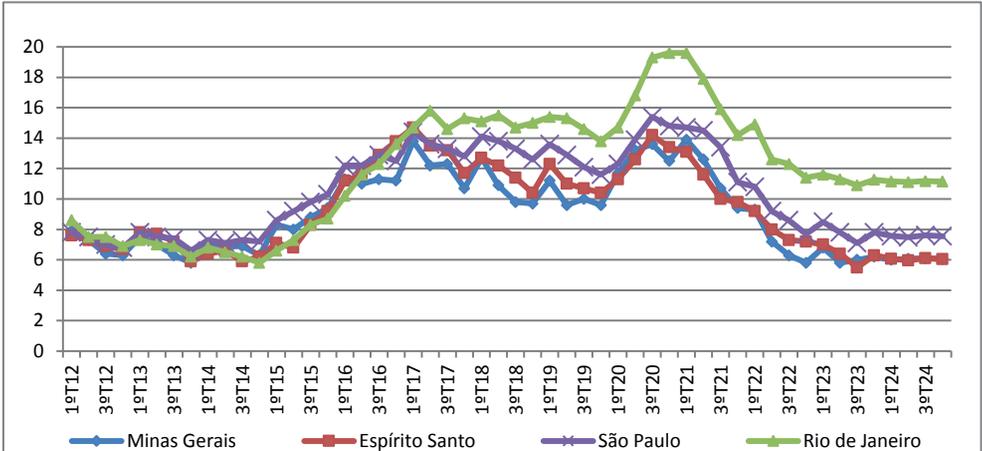


Nota: Estimativa para 2024: média móvel de três trimestres.

Gráfico 4. Região Norte. Taxa de desocupação trimestral por Estado, das pessoas de 14 anos ou mais de idade - 2012 -2024 (%)

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral - PNADT, 2023.

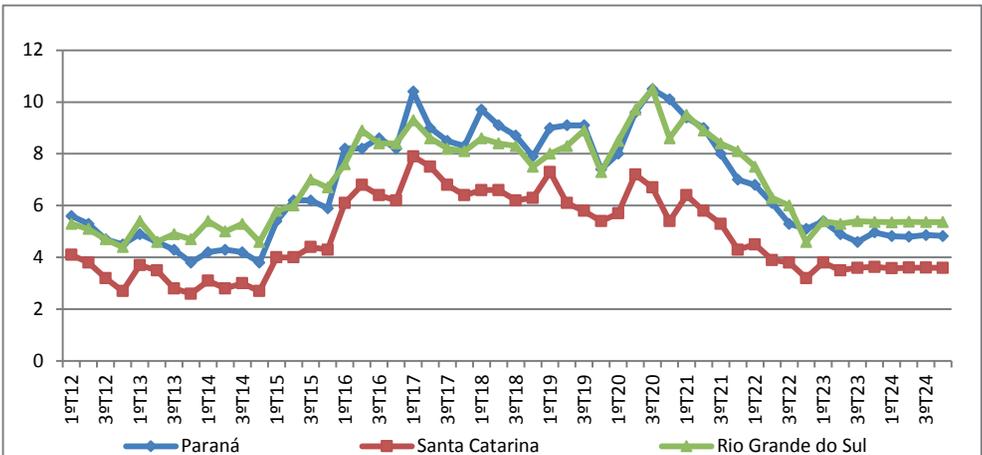
Esses números mostram que a região Nordeste deveria ser priorizada em termos de políticas públicas, seguida pelas regiões Norte e Sudeste, por apresentar as taxas de desocupações mais elevadas do país, apresentando, assim, parcela da população em risco social em função de desemprego, com a taxa mínima alcançada no período, de 8%, sendo o dobro da taxa de pleno emprego. Dessa forma, tomando como referência o quão distante cada região está do pleno emprego, a priorização das políticas públicas e incentivos governamentais poderia ter como objetivo a redução da taxa de desemprego nas regiões que apresentassem situações mais críticas, como a região Nordeste.



Nota: Estimativa para 2024: média móvel de três trimestres.

Gráfico 5. Região Sudeste. Taxa de desocupação trimestral por Estado, das pessoas de 14 anos ou mais de idade - 2012-2024 (%)

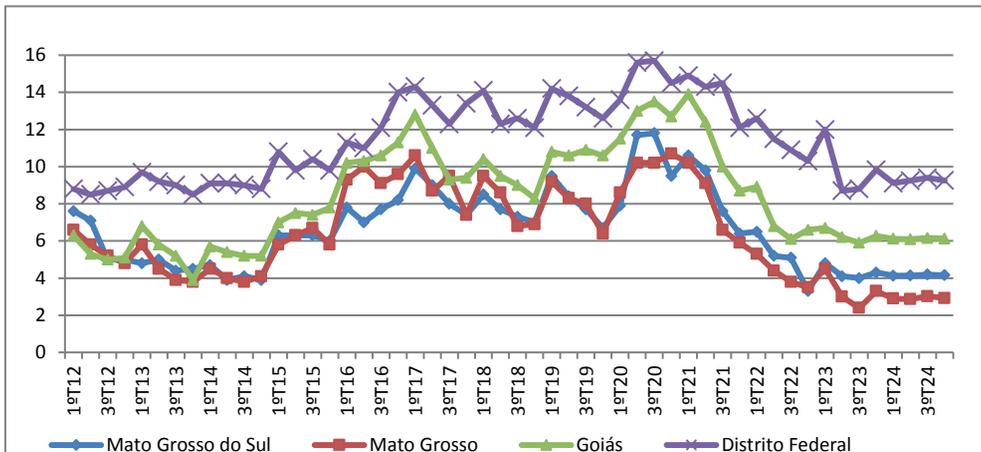
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral - PNA DT, 2023.



Nota: Estimativa para 2024: média móvel de três trimestres.

Gráfico 6. Região Sul. Taxa de desocupação por Estado, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade - 2012-2024 (%)

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral - PNA DT, 2023.



Nota: Estimativa para 2024: média móvel de três trimestres.

Gráfico 7. Região Centro-Oeste. Taxa de desocupação trimestral por Estado, das pessoas de 14 anos ou mais de idade - 2012-2024 (%)

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral - PNADT, 2023.

Por fim, deve-se destacar a importância da priorização da região na definição das políticas públicas da União e nas políticas de estímulos aos investimentos no país, tendo-se em vista a importância dessas iniciativas para melhorar a performance da região em indicadores sociais, nos quais a região apresenta as piores posições no ranking nacional, como PIB per capita, desigualdade, pobreza, taxa de desemprego, educação e saúde. Além disso, o aumento mais expressivo dos investimentos na região Nordeste contribuiria para redução da taxa de desemprego nas outras regiões do país, à medida que poderia reduzir a parcela da população que migra para outras regiões do país em busca de emprego, que muitas vezes chegando lá não encontram o emprego desejado e só ajudam a aumentar as taxas de desempregos e a a demanda por serviços sociais nas grandes cidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região Nordeste enfrenta grandes desafios para mitigar riscos sociais, melhorar a qualidade de vida da população e aumentar o potencial de desenvolvimento regional. Por outro lado, a região conta com várias oportunidades capazes de promover o desenvolvimento sustentável, como o setor de energias renováveis e, respectivamente, cadeias produtivas, os polos de agricultura irrigada, intensivos em tecnologia e de alta produtividade, o turismo, a indústria de transformação e o ecossistema de inovação, entre outros ramos de serviços.

O apoio ao desenvolvimento desses polos agropecuários de alta competitividade mostra possíveis caminhos para redução da taxa de desemprego na região. Nesse sentido, destacam-se as oportunidades existentes no Vale do Rio São Francisco, Vale do Açu-RN

e MATOPIBA - região proposta pela EMBRAPA que abrange os cerrados no Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, que nas últimas décadas vem se constituindo em nova locomotiva do desenvolvimento regional, devido a expansão da soja e milho. Desse modo, destacam-se os projetos para superar os gargalos existentes na infraestrutura, como, por exemplo, as hidrovias nos rios São Francisco, Parnaíba, Tocantins e Araguaia, e conexões com as ferrovias Norte-Sul, Transnordestina e Oeste-Leste.

REFERÊNCIAS

IBGE. www.ibge.gov

IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral - PNADT, 2023. www.ibge.gov.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html>

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. www.ipea.gov.br

INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL - INPI. FICHA TÉCNICA DE REGISTRO DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA. <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/arquivos/fichas-tecnicas-de-indicacoes-geograficas/Caic.pdf>

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS - MDIC.COMEX STAT. <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/municipio>

MINISTÉRIO DA SAÚDE - MS. DATASUS NOTAS TÉCNICAS. Índice de Gini da renda domiciliar per capita. <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginibr.def>

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene. Resolução N° 115, de 23 de novembro de 2017, que ratifica a decisão do Conselho Deliberativo da Sudene em incluir oficializando a nova delimitação do semiárido. <http://antigo.sudene.gov.br/delimitacao-do-semiarido>.

MINISTÉRIO DO TRABALHO - MT. CAGED – CADASTRO GERAL DE EMPREGO E DESEMPREGO. https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index

PNUD. undp.org/pt/brazil